

2.2. A AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE À GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA

Wolmar Roque Loss¹

2.2.1. INTRODUÇÃO

A oportunidade do tema que nos foi colocado permite analisá-lo utilizando-se de alguns conceitos de desenvolvimento, amplamente difundidos nos anos 50 e início dos anos 60 e pouco utilizado atualmente.

O entendimento de que os conceitos de desenvolvimento são importantes para compreender a situação da agricultura familiar e as saídas para promover sua integração ao mercado, parte da realidade inquestionável de que a economia brasileira passa por um período de profundos ajustamentos em face do plano de estabilização econômica, que envolve a abertura da economia e sua integração à comunidade econômica internacional, ditada pela globalização.

O Plano Real, embora nada tenha a ver com uma proposta de desenvolvimento econômico, faz repercutir seus efeitos sobre a vida de todos os segmentos sociais e pode afetar, de forma diferenciada regionalmente, as várias categorias de produtores, o que pode aguçá-las desigualdades de renda, especialmente dos trabalhadores menos qualificados, tanto do setor urbano quanto do setor rural, e os produtores familiares e pequenos proprietários (parceiros e arrendatários).

O próprio Governo Federal, ao instituir o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -PRONAF- por demanda dos representantes dos trabalhadores rurais, reconhece implicitamente a necessidade de viabilizar o progresso técnico, econômico e social dos produtores familiares, com vistas à sua inserção competitiva no mercado.

2.2.2. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O propósito desse tópico é estabelecer um referencial que permita auxiliar no entendimento da conceituação de desenvolvimento, para situar a agricultura familiar num contexto de desenvolvimento de base larga, contrapondo-se à visão de crescimento, que, em países mais atrasados, leva ao desenvolvimento de base estreita.

A idéia de crescimento, com todo um instrumental teórico sobre o tema, foi elaborada para os países desenvolvidos, procurando-se definir as condições essenciais para manter o crescimento a taxas que assegurassem o pleno emprego da população. As preocupações centrais eram manutenção do equilíbrio de longo prazo entre oferta e demanda agregada, prevenção da estagnação e alocação ótima dos recursos.

Esse instrumental do crescimento não era tão útil aos países menos desenvolvidos porque seus problemas eram outros: desemprego estrutural, qualidade dos recursos naturais, estrutura agrária, crescimento demográfico, desenvolvimento tecnológico, escassez de capital,

deficiência de infra-estrutura, concentração de renda, atraso institucional (político, educacional e relativo à saúde da população).

Normalmente, as tentativas de atingir o pleno emprego nos países em desenvolvimento sempre implicavam uma elevação exagerada da inflação e em problemas de balanço de pagamentos.

Reconhecia-se que esse conjunto de problemas colocavam os países em desenvolvimento numa "armadilha de equilíbrio" de baixa renda que estabelecia o círculo vicioso da pobreza: a pobreza gerava a própria pobreza.

Vários estudos foram empreendidos para entender as diferenças entre países pobres e ricos para explicitar saídas para o desenvolvimento, visando transformar países pobres em ricos. Respeitadas as diferenças culturais, científicas e até ideológicas, todos indicavam caminhos para a solução dos problemas acima apontados.

O desenvolvimento, na concepção atual, encerra três componentes fundamentais:

- a) elevação contínua do nível de vida da população e do aperfeiçoamento institucional: educação, saúde, alimentação, habitação, cultura, informação e lazer;
- b) redução gradual e persistente das desigualdades distribuídas: emprego, distribuição de renda, mercado interno (potencial), tributação no consumo e reformas estruturais;
- c) capacidade de melhoras contínuas do processo de produção de bens e serviços: qualidade dos recursos naturais, tecnologia, formação de capital, transformação e distribuição, qualidade dos produtos, tributação na produção, competitividade externa e interna, uso eficiente dos recursos, infra-estrutura agrária e produtiva, papel do empresário e qualificação de mão-de-obra.

As cadeias produtivas envolvem o entendimento de todo esse processo produtivo, a jusante e a montante.

A idéia de desenvolvimento enquanto processo dinâmico, de ebulição, desequilíbrios e avanços não é nova. Sempre esteve associada à busca de novos paradigmas e estratégias para alcançar maior nível de bem-estar social que, em suma, é a grande tarefa do desenvolvimento.

As políticas macroeconômicas e a política agrícola, federal, estadual e municipal, estabelecem os sinais para onde vamos caminhar.

2.2.3. GLOBALIZAÇÃO, LIBERALISMO E PROBLEMAS DO PLANO REAL

Os estudos e debates em torno das formulações do desenvolvimento proporcionaram avanços na América Latina, onde a escala estruturalista, liberadas

pela Comissão Econômica para a América Latina, gozou de imenso prestígio por elaborar idéias avançadas sobre o desenvolvimento dependente. Para eles, os países subdesenvolvidos da América Latina estavam condenados a uma crescente dependência dos países avançados, quer por subjugação histórica, quer pela dependência de capital, quer pela relação de troca desfavorável: venda de matérias-primas e compra de produtos industrializados. Daí a sugestão da “política de substituição de importações”. Uma passagem interessante sobre o encontro de nosso Presidente Fernando Henrique com o Sociólogo Francês Alain Touraine, a respeito da Teoria do Desenvolvimento Dependente: “Olha, Fernando, esse negócio de globalização tem muito a ver com aquilo que, lá na Comissão Econômica para América Latina - CEPAL e em nossos encontros internacionais sobre a América Latina, debatíamos: Imperialismo e desenvolvimento dependente”. Em artigo sobre práticas extremamente liberais do capitalismo, o mesmo sociólogo, em janeiro de 1996, lembrava a catástrofe do México e a crise financeira da Argentina para advertir sobre os riscos do liberalismo exacerbado. Os recentes ataques especulativos à moeda na Ásia, a decisão do Banco Mundial de financiar projetos sociais em Hong Kong e os riscos de ataques especulativos no Brasil são evidências de que não estamos em calmaria. E Alain Touraine, completa: “Quem acreditava que a abertura dos mercados internacionais solucionaria todos os problemas acabou condenado pela opinião pública e por grande parte dos analistas”.

Parece lógico admitir que no caso brasileiro, há um descompasso entre efeitos do Plano (de mais de três anos) e correção de seus impactos, que já não são poucos, especialmente sobre a agricultura. A expectativa nossa é de que o PRONAF seja uma experiência criativa e inovadora na correção de desigualdades de renda no campo, no âmbito da agricultura familiar.

2.2.4. GLOBALIZAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPÍRITO SANTO

Embora não se tenha, ainda, uma definição clara do que seja agricultura familiar, uma primeira observação, é que, se formos adotar o critério de até 200 ha do PRONAF (para seleção de município, na linha de infra-estrutura), 95% dos produtores serão contemplados. Este parece ser o primeiro risco do PROGRAMA, o risco da generalização e da perda da objetividade, misturando-se coisas diferentes. Embora a caracterização qualitativa seja relevante, a quantitativa, por ausência de informações claras, acaba dominando, mesmo que defasada.

Parece-nos frágil, também, o argumento de que a agricultura familiar, no Brasil, é a grande responsável pela produção de alimentos, citando-se, por exemplo, carne suína e de aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, feijão, tomate, mandioca e laranja. Mais uma vez a defasagem de informações prejudica a análise.

Quadro 1: Característica da Agricultura Brasileira segundo os Modelos Patronal e Familiar

Modelo Patronal	Modelo Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Gestão e trabalho intimamente relacionados
Organização centralizada (estrutura formal ou não)	Organização familiar (informal)
Especialização	Diversificação
Práticas Padronizáveis	Práticas visando à durabilidade dos recursos e à qualidade de vida
Trabalho assalariado	Trabalho familiar com assalariamento complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação de decisões de "Terreno" e de "momento"	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Carne bovina, cana-de-açúcar, arroz e soja	Suínos, aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, feijão, tomate, mandioca e laranja

Fonte: PRONAF.

Parece-nos também, um risco extremamente elevado imputar à agricultura familiar a responsabilidade pela produção de alimentos, especialmente para o abastecimento interno. Se a economia é aberta, então deve-se ter a noção de produzir de forma competitiva, que respeite a lógica de produção familiar e sua organização e diversificação e, dentro dessa lógica, a agricultura familiar deve se inserir no mercado e ser eficiente.

No caso do Espírito Santo, a agricultura familiar deve estar dirigida para o produzir com eficiência, dentro da aptidão dos recursos naturais, com base na diversificação da propriedade, voltada a alguns produtos para o mercado interno e a outros produtos, para o mercado externo.

Essas observações têm como motivação maior algumas constatações do passado, no Estado do Espírito Santo:

- A busca incansável da auto-suficiência interna em alimentos penalizou os produtores e particularmente a agricultura familiar;

- Os primeiros assentamentos, preocupados em firmar a idéia de produção de alimentos, programaram-se para mostrar que eram importantes para o abastecimento regional;
- Houve desperdícios de recursos públicos e privados nos esforços de “equilíbrio” dos balanços de oferta e demanda (vide PROVÁRZEAS);
- Não podemos correr o mesmo risco do movimento da agricultura de baixa-renda, no Estado, que produziu, nos anos 70, bons diagnósticos e poucos resultados práticos.

Naturalmente, a lógica da produção familiar pode recomendar a produção de alimentos como uma alternativa rentável na diversificação da propriedade, ou ainda, a produção para o auto-consumo, na medida em que as estacionalidades de uso da mão-de-obra ou a rotação de culturas assim a recomendarem (exemplo: tomate de inverno e milho ou feijão nas águas). Para a agricultura patronal de mercado, a especialização e a maximização do lucro tendem a prevalecer.

Para a agricultura familiar, a diversificação do produto médio do trabalho ao longo do ano agrícola, vinculada a um mínimo de segurança alimentar da família, é a lógica de sua viabilidade.

Ao contrário de enfraquecer a argumentação em favor da agricultura familiar, a desvinculação da responsabilidade de produzir para o mercado interno seguramente vai fortalecê-la porque tenderemos a melhorar o nível de renda e emprego no meio rural, a elevar o nível de vida da família, a melhorar o nível de capacitação e organização, enfim a viabilizar a agricultura familiar.

A agricultura familiar é importante, neste momento econômico, porque é necessário:

- frear o êxodo rural;
- gerar empregos no rural e urbano (complexos agroindustriais);
- reduzir as desigualdades distributivas;
- contribuir na geração de renda;
- racionalizar o uso dos recursos naturais;
- garantir o mercado concorrencial;
- reduzir os problemas da inchação urbana;
- ampliar o mercado interno de bens e serviços (como consumidores).

Se a lógica da produção familiar não for viabilizada de forma abrangente, então a reforma agrária também não se viabilizará, porque os produtores familiares de hoje serão os sem-terra de amanhã e cairemos em mais um círculo vicioso, cujo resultado final será um desastre do ponto de vista do desenvolvimento do Estado e do País.